

LEI N.º 4.601, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021.

“Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Balneário Camboriú para o Exercício Financeiro de 2022.”

Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Balneário Camboriú, para o exercício financeiro de 2022, em R\$ 1.382.629.369,63 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos), compreendendo:

I – o Orçamento Fiscal; e

II – o Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. Para efeitos deste artigo, entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A receita total estimada para o orçamento de 2022 é de R\$ 1.382.629.369,63 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos), distribuída entre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social:

I – Orçamento Fiscal: R\$ 1.068.913.261,00 (um bilhão, sessenta e oito milhões, novecentos e treze mil e duzentos e sessenta e um reais); e

II – Orçamento da Seguridade Social: R\$ 313.716.108,63 (trezentos e treze milhões, setecentos e dezesseis mil, cento e oito reais e sessenta e três centavos).

Art. 3º A receita estimada será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, receitas patrimoniais, de serviços, demais receitas correntes e receitas de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada por categoria econômica e origem, conforme Anexo I desta Lei, e anexos da Lei Federal nº 4.320/1964, distribuída entre administração direta e indireta conforme a seguir:

I – Administração Direta:

a) Prefeitura Municipal: R\$ 978.735.160,00 (novecentos e setenta e oito milhões, setecentos e trinta e cinco mil e cento e sessenta reais);

b) Fundo Municipal de Saúde: R\$ 72.674.50,00 (setenta e dois milhões, seiscentos e setenta e quatro mil e quinhentos reais)

c) Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 785.700,00 (setecentos e oitenta e cinco mil e setecentos reais);

d) Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente: R\$ 330.601,00 (trezentos e trinta mil e seiscentos e um reais)

e) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais)

f) Fundo Rotativo do Bem Estar Social: R\$ 1.511.000,00 (um milhão e quinhentos e onze mil reais);

g) Fundo Municipal de Turismo: R\$ 1.656.000,00 (um milhão e seiscentos e cinquenta e seis mil reais);

h) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor: R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais);

i) Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público: R\$ 32.301.000,00 (trinta e dois milhões e trezentos e um mil reais); e

j) Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

II – Administração Indireta:

a) Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos: R\$ 207.494.908,63 (duzentos e sete milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e oito reais e sessenta e três centavos);

b) Empresa Municipal de Água e Saneamento: R\$ 82.742.000,00 (oitenta e dois milhões e setecentos e quarenta e dois mil reais);

c) Fundação Cultural de Balneário Camboriú: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais);

d) Fundação Municipal de Esportes: R\$ 203.500,00 (duzentos e três mil e quinhentos reais); e

e) Autarquia Municipal de Trânsito: R\$ 3.103.000,00 (três milhões e cento e três mil reais).

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4º A despesa total fixada para o orçamento de 2022 é R\$ 1.382.629.369,63 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos), distribuída entre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social:

I – Orçamento Fiscal: R\$ 877.134.433,00 (oitocentos e setenta e sete milhões, cento e trinta e quatro mil e quatrocentos e trinta e três reais); e

II – Orçamento da Seguridade Social: R\$ 505.494.936,63 (quinhentos e cinco milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e trinta e seis reais e sessenta e três centavos).

Art. 5º A despesa fixada será realizada obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica da despesa, conforme demonstrado pelos Anexos I a X que integram e acompanham esta Lei.

Parágrafo único. A despesa será fixada entre as unidades gestoras da administração direta e indireta conforme demonstrado abaixo:

I – Administração Direta:

a) Prefeitura Municipal: R\$ 702.757.332,00 (setecentos e dois milhões, setecentos e cinquenta e sete mil e trezentos e trinta e dois reais);

b) Fundo Municipal de Saúde: R\$ 254.639.228,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e trinta e nove mil e duzentos e vinte e oito reais);

c) Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 4.349.800,00 (quatro milhões, trezentos e quarenta e nove mil e oitocentos reais);

d) Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente: R\$ 1.958.601,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil e seiscentos e um reais);

e) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: R\$ 7.020.000,00 (sete milhões e vinte mil reais);

f) Fundo Rotativo do Bem Estar Social: R\$ 1.983.000,00 (um milhão e novecentos e oitenta e três mil reais);

g) Fundo Municipal de Turismo: R\$ 8.965.000,00 (oito milhões, novecentos e sessenta e cinco mil reais);

h) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor: R\$ 547.000,00 (quinhentos e quarenta e sete mil reais);

i) Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público: R\$ 31.976.000,00 (trinta e um milhões e novecentos e setenta e seis mil reais);

j) Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros: R\$ 3.162.500,00 (três milhões, cento e sessenta e dois mil e quinhentos reais); e

k) Câmara Municipal: R\$ 24.326.000,00 (vinte e quatro milhões e trezentos e vinte e seis mil reais).

II – Administração Indireta:

a) Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais: R\$ 207.509.908,63 (duzentos e sete milhões, quinhentos e nove mil, novecentos e oito reais e sessenta e três centavos);

b) Empresa Municipal de Água e Saneamento: R\$ 99.295.000,00 (noventa e nove milhões e duzentos e noventa e cinco mil reais);

c) Fundação Cultural de Balneário Camboriú: R\$ 3.471.000,00 (três milhões e quatrocentos e setenta e um mil reais);

d) Fundação Municipal de Esportes: R\$ 8.902.000,00 (oito milhões e novecentos e dois mil reais);e

e) Autarquia Municipal de Trânsito: R\$ 21.767.000,00 (vinte e um milhões e setecentos e sessenta e sete mil reais).

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 6º Fica autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, por Decreto emitido pelo Poder Executivo, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – o excesso de arrecadação;

III – a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, desde que não comprometidas;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, conjugando-se, ainda, o valor dos Restos a Pagar cancelados no exercício, observada a Destinação por Fonte de Recurso.

§ 2º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins do inciso II deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. A apuração do excesso de arrecadação será realizada por fonte de recurso.

§ 3º A abertura de créditos suplementares por excesso de arrecadação, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000, será utilizada exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, conforme disposto parágrafo único do artigo 8º, com a identificação da fonte de recurso, possibilitando a escrituração individualizada das fontes de recursos, em consonância com o inciso I do artigo 50 da mesma Lei.

§ 4º Excluem-se do limite disposto no caput deste artigo, a abertura de créditos adicionais decorrentes de Leis Municipais específicas, aprovadas no exercício.

§ 5º Os recursos recebidos provenientes de convênios não previstos no orçamento da Receita, quando estritamente relacionado ao objeto do convênio, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, como fontes de recurso para abertura de crédito adicional, ainda que o quadro de excesso de arrecadação se apresente aquém do estimado.

§ 6º A anulação total ou parcial de dotações orçamentárias é compatível com o disposto no § 10 do art. 165 da Constituição Federal, a fim de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 6º desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a subfunção, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Art. 8º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos.

Art. 9º A reabertura dos créditos adicionais especiais e extraordinários, conforme disposto no §2º do art. 167 da Constituição Federal, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício anterior, poderá ser efetivada no exercício financeiro seguinte, mediante ato do chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes dispostos no demonstrativo de riscos fiscais e providências da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de passivo contingente especificado no demonstrativo de riscos fiscais e providências.

§ 2º Não se efetivando os passivos contingentes e demais riscos fiscais previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

Art. 11. Os recursos da Reserva de Contingência da Unidade Gestora Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú – BCPREVI, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

CAPÍTULO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 12. Em cumprimento ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica autorizada a contratação de operações de créditos.

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo fica condicionada ao limite de endividamento do município e demais limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO V

DA AUTORIZAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMOS, ACORDOS E CONVÊNIOS

Art. 13. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio, acordo, termo de parceria ou cooperação, desde que comprovado o interesse público municipal, visando ao desenvolvimento de programas de governo.

Art. 14. O poder Executivo Municipal poderá firmar, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, convênio com outras esferas de governo, visando ao desenvolvimento de programas de governo.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir recursos financeiros a instituições privadas sem fins lucrativos, educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros do tesouro municipal às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância dos artigos 37 e 38 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. É parte integrante desta Lei, os seguintes Anexos:

I – Anexo I - Receita estimada por categoria econômica e origem dos recursos;

II – Anexo II - Classificação da despesa por órgão orçamentário;

III – Anexo III - Classificação da despesa por função de governo;

IV – Anexo IV - Classificação da despesa por programa de governo;

V – Anexo V - Receita de despesa por fonte de recursos;

VI – Anexo VI - Demonstrativo da evolução da receita;

VII – Anexo VII - Demonstrativo da evolução da despesa;

VIII – Anexo VIII - Planilha detalhada da despesa;

IX – Anexos da Lei Federal nº 4.320/1964:

a) Anexo 1 da Lei 4.320/6464 - Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

b) Anexo 2 da Lei 4.320/64 – Receitas Segundo as Categorias Econômicas;

c) Anexo 2 da Lei 4.320/64 – Despesas Segundo as Categorias Econômicas;

d) Anexo 6 da Lei 4.320/64 – Programa de Trabalho;

e) Anexo 7 da Lei 4.320/64 – Programa de Trabalho de Governo Demonstrativo de Funções Subfunções e Programas por Projetos e Atividades;

f) Anexo 8 da Lei 4.320/64 – Demonstrativo da Despesa por Funções Subfunções e Programas Conforme o Vinculo com os Recursos; e

g) Anexo 9 da Lei 4.320/64 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

Balneário Camboriú (SC), 14 de dezembro de 2021, 172º da Fundação, 57º da Emancipação.



CARLOS HUMBERTO METZNER SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

ONDE SE LÊ:

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Em face do acréscimo agregar-se-á ao valor global original do Contrato a cifra R\$ 685.407,57 (seiscentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos e sete reais e cinquenta e sete centavos), passando a importar o presente contrato o valor de R\$ 1.416.061,38 (um milhão e quatrocentos e dezesseis mil e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), alterando o subitem 3.1 do contato originário.

LEIA-SE:

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Em face do acréscimo agregar-se-á ao valor global original do Contrato a cifra R\$ 685.407,57 (seiscentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos e sete reais e cinquenta e sete centavos), passando a importar o presente contrato o valor de R\$ 2.061.511,80 (dois milhões, sessenta e um mil, quinhentos e onze reais e oitenta centavos), alterando o subitem 3.1 do contato originário.

Balneário Camboriú, 14 de dezembro de 2021.

SAMARONI BENEDET

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2021 - PMBC

Publicação Nº 3471431

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 16496502E637D2E787EE137010F9A61B4D692C9E

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 008/2021 - PMBC

OBJETO: Contratação de Empresas para o fornecimento de vagas para a Educação Infantil em período integral e em meio período, conforme Chamamento Público Nº 007/2021, de Entidades Educacionais privadas.

Respaldo legal: Art. 25, caput da Lei 8.666/93

VALOR: R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais)

CONTRATADAS: Centro de Educação Infantil Desenvolver SC LTDA, CNPJ: 42.356.407/0001-04, R\$ 120.000,00, 94 vaga período integral, 52 vagas meio período.

Honey Kids Educação Infantil EIRELI, CNPJ: 29.121.859/0001-30, valor R\$ 100.000,00, 65 vagas período integral e 63 vagas meio período.

Pereira Tonezer Centro Educacional LTDA, CNPJ: 04.983.202/0002-32, valor R\$ 70.500,00, 45 vagas período integral, 51 vagas meio período.

Conexão Baby LTDA, CNPJ: 02.353.832/0001-17, R\$ 67.000,00 63 vagas período integral, 08 vagas meio período.

Colégio Salesiano Itajaí, CNPJ: 84.297.647/0003-89, valor R\$ 95.500,00, 191 vagas meio período.

Centro Educacional Cebolinha LTDA ME, CNPJ: 03.649.416/0001-23, valor R\$ 40.000,00, 24 vagas período integral e 32 vagas meio período.

Crescer Feliz Centro Educacional Infantil EIRELI ME, CNPJ: 09.357.313/0001-76, valor R\$ 67.000,00, 60 vagas período integral e 14 vagas meio período.

SEI Ensino Infantil Eirele ME, CNPJ: 15.868.141/0001-06, valor R\$ 82.000,00, 46 vagas período integral e 72 vagas meio período.

Pereira & Tonezer Centro Educacional LTDA ME, CNPJ 04.983.202/0001-51, valor R\$ 41.500,00, 25 vagas período integral e 33 vagas meio período.

Bambinata Serviços Educacionais LTDA ME, CNPJ 00.496.744/0001-49, valor R\$ 41.500,00, 25 vagas período integral, 33 vagas meio período.

Respaldo Legal: Art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

Balneário Camboriú, 14 de dezembro de 2021

SAMARONI BENEDET

Secretario de Compras

LEI N.º 4.601, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021

Publicação Nº 3472473

LEI N.º 4.601, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021.

“Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Balneário Camboriú para o Exercício Financeiro de 2022.”

Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina,
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Balneário Camboriú, para o exercício financeiro de 2022, em R\$ 1.382.629.369,63 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos), compreendendo:

I – o Orçamento Fiscal; e

II – o Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. Para efeitos deste artigo, entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social.

CAPÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I

Da Estimativa da Receita

Art. 2º A receita total estimada para o orçamento de 2022 é de R\$ 1.382.629.369,63 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos), distribuída entre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social:

I – Orçamento Fiscal: R\$ 1.068.913.261,00 (um bilhão, sessenta e oito milhões, novecentos e treze mil e duzentos e sessenta e um reais); e

II – Orçamento da Seguridade Social: R\$ 313.716.108,63 (trezentos e treze milhões, setecentos e dezesseis mil, cento e oito reais e sessenta e três centavos).

Art. 3º A receita estimada será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, receitas patrimoniais, de serviços, demais receitas correntes e receitas de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada por categoria econômica e origem, conforme Anexo I desta Lei, e anexos da Lei Federal nº 4.320/1964, distribuída entre administração direta e indireta conforme a seguir:

I – Administração Direta:

a) Prefeitura Municipal: R\$ 978.735.160,00 (novecentos e setenta e oito milhões, setecentos e trinta e cinco mil e cento e sessenta reais);

b) Fundo Municipal de Saúde: R\$ 72.674.50,00 (setenta e dois milhões, seiscentos e setenta e quatro mil e quinhentos reais)

c) Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 785.700,00 (setecentos e oitenta e cinco mil e setecentos reais);

d) Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente: R\$ 330.601,00 (trezentos e trinta mil e seiscentos e um reais)

e) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais)

f) Fundo Rotativo do Bem Estar Social: R\$ 1.511.000,00 (um milhão e quinhentos e onze mil reais);

g) Fundo Municipal de Turismo: R\$ 1.656.000,00 (um milhão e seiscentos e cinquenta e seis mil reais);

h) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor: R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais);

i) Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público: R\$ 32.301.000,00 (trinta e dois milhões e trezentos e um mil reais); e

j) Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

II – Administração Indireta:

a) Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos: R\$ 207.494.908,63 (duzentos e sete milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e oito reais e sessenta e três centavos);

b) Empresa Municipal de Água e Saneamento: R\$ 82.742.000,00 (oitenta e dois milhões e setecentos e quarenta e dois mil reais);

c) Fundação Cultural de Balneário Camboriú: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais);

d) Fundação Municipal de Esportes: R\$ 203.500,00 (duzentos e três mil e quinhentos reais); e

e) Autarquia Municipal de Trânsito: R\$ 3.103.000,00 (três milhões e cento e três mil reais).

Seção II

Da Fixação da Despesa

Art. 4º A despesa total fixada para o orçamento de 2022 é R\$ 1.382.629.369,63 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e três centavos), distribuída entre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social:

I – Orçamento Fiscal: R\$ 877.134.433,00 (oitocentos e setenta e sete milhões, cento e trinta e quatro mil e quatrocentos e trinta e três reais); e

II – Orçamento da Seguridade Social: R\$ 505.494.936,63 (quinhentos e cinco milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e trinta e seis reais e sessenta e três centavos).

Art. 5º A despesa fixada será realizada obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica da despesa, conforme demonstrado pelos Anexos I a X que integram e acompanham esta Lei.

Parágrafo único. A despesa será fixada entre as unidades gestoras da administração direta e indireta conforme demonstrado abaixo:

I – Administração Direta:

- a) Prefeitura Municipal: R\$ 702.757.332,00 (setecentos e dois milhões, setecentos e cinquenta e sete mil e trezentos e trinta e dois reais);
- b) Fundo Municipal de Saúde: R\$ 254.639.228,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e trinta e nove mil e duzentos e vinte e oito reais);
- c) Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 4.349.800,00 (quatro milhões, trezentos e quarenta e nove mil e oitocentos reais);
- d) Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente: R\$ 1.958.601,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil e seiscentos e um reais);
- e) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: R\$ 7.020.000,00 (sete milhões e vinte mil reais);
- f) Fundo Rotativo do Bem Estar Social: R\$ 1.983.000,00 (um milhão e novecentos e oitenta e três mil reais);
- g) Fundo Municipal de Turismo: R\$ 8.965.000,00 (oito milhões, novecentos e sessenta e cinco mil reais);
- h) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor: R\$ 547.000,00 (quinhentos e quarenta e sete mil reais);
- i) Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público: R\$ 31.976.000,00 (trinta e um milhões e novecentos e setenta e seis mil reais);
- j) Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros: R\$ 3.162.500,00 (três milhões, cento e sessenta e dois mil e quinhentos reais); e
- k) Câmara Municipal: R\$ 24.326.000,00 (vinte e quatro milhões e trezentos e vinte e seis mil reais).

II – Administração Indireta:

- a) Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais: R\$ 207.509.908,63 (duzentos e sete milhões, quinhentos e nove mil, novecentos e oito reais e sessenta e três centavos);
- b) Empresa Municipal de Água e Saneamento: R\$ 99.295.000,00 (noventa e nove milhões e duzentos e noventa e cinco mil reais);
- c) Fundação Cultural de Balneário Camboriú: R\$ 3.471.000,00 (três milhões e quatrocentos e setenta e um mil reais);
- d) Fundação Municipal de Esportes: R\$ 8.902.000,00 (oito milhões e novecentos e dois mil reais);e
- e) Autarquia Municipal de Trânsito: R\$ 21.767.000,00 (vinte e um milhões e setecentos e sessenta e sete mil reais).

CAPÍTULO III

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 6º Fica autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, por Decreto emitido pelo Poder Executivo, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I – o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – o excesso de arrecadação;

III – a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, desde que não comprometidas;

IV – o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, conjugando-se, ainda, o valor dos Restos a Pagar cancelados no exercício, observada a Destinação por Fonte de Recurso.

§ 2º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins do inciso II deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. A apuração do excesso de arrecadação será realizada por fonte de recurso.

§ 3º A abertura de créditos suplementares por excesso de arrecadação, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000, será utilizada exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, conforme disposto parágrafo único do artigo 8º, com a identificação da fonte de recurso, possibilitando a escrituração individualizada das fontes de recursos, em consonância com o inciso I do artigo 50 da mesma Lei.

§ 4º Excluem-se do limite disposto no caput deste artigo, a abertura de créditos adicionais decorrentes de Leis Municipais específicas, aprovadas no exercício.

§ 5º Os recursos recebidos provenientes de convênios não previstos no orçamento da Receita, quando estritamente relacionado ao objeto do convênio, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, como fontes de recurso para abertura de crédito adicional, ainda que o quadro de excesso de arrecadação se apresente aquém do estimado.

§ 6º A anulação total ou parcial de dotações orçamentárias é compatível com o disposto no § 10 do art. 165 da Constituição Federal, a fim de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 6º desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a subfunção, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

Art. 8º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos.

Art. 9º A reabertura dos créditos adicionais especiais e extraordinários, conforme disposto no §2º do art. 167 da Constituição Federal, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício anterior, poderá ser efetivada no exercício financeiro seguinte, mediante ato do chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes dispostos no demonstrativo de riscos fiscais e providências da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de passivo contingente especificado no demonstrativo de riscos fiscais e providências.

§ 2º Não se efetivando os passivos contingentes e demais riscos fiscais previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

Art. 11. Os recursos da Reserva de Contingência da Unidade Gestora Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú – BCPREVI, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

CAPÍTULO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art. 12. Em cumprimento ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica autorizada a contratação de operações de créditos.

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo fica condicionada ao limite de endividamento do município e demais limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO V

DA AUTORIZAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMOS, ACORDOS E CONVÊNIOS

Art. 13. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio, acordo, termo de parceria ou cooperação, desde que comprovado o interesse público municipal, visando ao desenvolvimento de programas de governo.

Art. 14. O poder Executivo Municipal poderá firmar, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, convênio com outras esferas de governo, visando ao desenvolvimento de programas de governo.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir recursos financeiros a instituições privadas sem fins lucrativos, educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros do tesouro municipal às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância dos artigos 37 e 38 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. É parte integrante desta Lei, os seguintes Anexos:

I – Anexo I - Receita estimada por categoria econômica e origem dos recursos;

II – Anexo II - Classificação da despesa por órgão orçamentário;

III – Anexo III - Classificação da despesa por função de governo;

IV – Anexo IV - Classificação da despesa por programa de governo;

V – Anexo V - Receita de despesa por fonte de recursos;

VI – Anexo VI - Demonstrativo da evolução da receita;

VII – Anexo VII - Demonstrativo da evolução da despesa;

VIII – Anexo VIII - Planilha detalhada da despesa;

IX – Anexos da Lei Federal nº 4.320/1964:

a) Anexo 1 da Lei 4.320/6464 - Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

b) Anexo 2 da Lei 4.320/64 – Receitas Segundo as Categorias Econômicas;

c) Anexo 2 da Lei 4.320/64 – Despesas Segundo as Categorias Econômicas;

d) Anexo 6 da Lei 4.320/64 – Programa de Trabalho;

e) Anexo 7 da Lei 4.320/64 – Programa de Trabalho de Governo Demonstrativo de Funções Subfunções e Programas por Projetos e Atividades;

f) Anexo 8 da Lei 4.320/64 – Demonstrativo da Despesa por Funções Subfunções e Programas Conforme o Vinculo com os Recursos; e

g) Anexo 9 da Lei 4.320/64 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

Balneário Camboriú (SC), 14 de dezembro de 2021, 172º da Fundação, 57º da Emancipação.

CARLOS HUMBERTO METZNER SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 28.136

Publicação Nº 3472547

PORTARIA Nº 28.136/2021

CARLOS HUMBERTO METZNER SILVA, prefeito em exercício de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra "a", ambos da lei orgânica do município, e de acordo com o caput do artigo 65, da lei municipal 1.069/91, acompanhado da lei municipal 2.776/2007,

RESOLVE:

1º – DIMITIR A PEDIDO a Sra. MARCIA TAVARES VIEIRA, do cargo de emprego público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - PACS, lotado na Secretaria de Saúde e Saneamento, tornando sem efeito as disposições em contrário.

2º. – Este ato retroage seus efeitos ao dia 01 de dezembro de 2021.

Balneário Camboriú, 14 de dezembro de 2021.

CARLOS HUMBERTO METZNER SILVA
Prefeito em Exercício